



UNIFACS
UNIVERSIDADE SALVADOR
LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES*

POLÍTICA CULTURAL UNIVERSITÁRIA E O PROJETO 12: 30: A VISÃO DOS GESTORES

POLÍTICA CULTURAL UNIVERSITARIA Y EL PROYECTO 12: 30: LA VISIÓN DE LOS GESTORES

UNIVERSITY CULTURAL POLICY AND PROJECT 12:30: THE VISION OF MANAGERS

Renata Costa Silvério, BEL

Universidade Federal de Santa Catarina/Brazil

renata.silverio@ufsc.br

Carla Cristina Dutra Búrigo, Dra.

Universidade Federal de Santa Catarina/Brazil

carla.burigo@ufsc.br

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo compreender como se constitui o Projeto 12:30 no processo de desenvolvimento da Política Institucional de Cultura, na visão dos gestores de uma Instituição Federal de Ensino Superior. Trata-se de um estudo de caso, de abordagem qualitativa por meio de entrevistas semiestruturadas, baseado nos resultados de um estudo maior, uma dissertação de mestrado profissional. Os resultados apontaram para o desconhecimento das Políticas Pública e Institucional de Cultura, por parte dos gestores. Estes, compreendem o Projeto 12:30 e a própria Política Institucional de Cultura como vitais para a Instituição, reforçando a necessidade de sua continuidade como política institucional e não apenas de gestão. Assim, a partir da visão dos gestores, propõem-se ações futuras, com a intenção de aprimorar a gestão universitária no tocante à área da cultura.

Palavras-chave: Projeto 12:30; Política Institucional de Cultura; Política Pública de Cultura; Gestão Universitária.

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo comprender cómo se constituye el Proyecto 12:30 en el proceso de desarrollo de la Política Institucional de Cultura, en la visión de los gestores de una Institución Federal de Enseñanza Superior. Se trata de un estudio de caso, de abordaje cualitativo por medio de entrevistas semiestruturadas, basado en los resultados de un estudio mayor, una disertación de maestría profesional. Los resultados apuntaron al desconocimiento de las Políticas Públicas e Institucional de Cultura, por parte de los gestores. Estos, comprenden el Proyecto 12:30 y la propia Política Institucional de Cultura como vitales para la Institución, reforzando la necesidad de su continuidad como política institucional y no sólo de gestión. Así, a partir de la visión de los gestores, se proponen acciones futuras, con la intención de perfeccionar la gestión universitaria en lo referente al área de la cultura.

Palabras clave: Proyecto 12:30; Política Institucional de Cultura; Política Pública de Cultura; Gestión Universitaria.

ABSTRACT

This research aims to understand how Project 12:30 is constituted in the process of development of the Institutional Culture Policy, in the view of the managers of a Federal Institution of Higher Education. It is a case study, qualitative approach through semi-structured interviews, based on the results of a larger study, a master's dissertation. The results pointed to the lack of knowledge of the Public and Institutional Policies of Culture by the managers. These include Project 12:30 and the Institutional Culture Policy itself as vital to the Institution, reinforcing the need for its continuity as an institutional policy, not just a management policy. Thus, from the managers' perspective, future actions are proposed, with the intention of improving university management in the area of culture.



Keywords: Project 12:30; Institutional Culture Policy; Public Policy of Culture; University Management.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta um recorte de uma pesquisa maior, que reflete sobre a cultura no contexto universitário, tendo como foco de investigação o Projeto 12:30 de um Instituição Federal de Ensino Superior (SILVÉRIO, 2017).

O Projeto 12:30 é um projeto de extensão de caráter didático-cultural, vinculado ao Departamento Artístico Cultural (DAC), este por sua vez, subordinado à Secretaria de Cultura e Arte (SeCArte) da UFSC. O Projeto consiste basicamente em apresentações culturais de dança, teatro e música que ocorrem às quartas-feiras na Concha Acústica¹ ou ainda no varandão do Centro de Comunicação e Expressão (CCE), parte central da UFSC. As apresentações têm duração de uma hora, das 12:30 às 13:30, no horário de almoço da comunidade universitária, propiciando integração entre alunos, docentes, servidores técnico-administrativos em educação e comunidade externa (UFSC, 1986; 2009; [201-a]).

Neste contexto, o Projeto 12:30 se mostra como uma das formas de manifestação cultural na Universidade, diante do seu papel de desenvolvimento e de interação com a sociedade. E assim, por meio de uma prática participativa que permite a troca de experiências entre comunidade e universidade, o Projeto 12:30 segue promovendo arte e cultura ao longo de seus 30 anos de existência, com uma média de 35 a 40 apresentações anuais e um público em torno de 8 mil pessoas a cada ano (UFSC, 2009).

Isto posto, tendo como fenômeno de investigação o Projeto 12:30, o objetivo desta pesquisa foi compreender, na visão dos gestores da UFSC, como se constitui o Projeto 12:30 no processo de desenvolvimento da Política Institucional de Cultura (SILVÉRIO, 2017).

O estudo teve abordagem qualitativa, por meio do estudo de caso, junto à Universidade Federal de Santa Catarina. Os participantes da pesquisa foram gestores da UFSC atuantes direta ou indiretamente na área da cultura dentro da Universidade. Quanto aos fins, esta pesquisa se caracteriza como descritiva, quanto aos meios, envolveu pesquisa bibliográfica e documental, e estudo de caso. A coleta de informações foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com estes gestores. A análise das informações se deu utilizando a técnica de análise de conteúdo.

A Cultura é um aspecto da prática social humana, uma construção histórica, resultado de um processo humano coletivo, específico de cada contexto sociopolítico (BAUMAN, 2012; CARVALHO, 2001).

No âmbito universitário, a cultura também tem seu papel na produção de conhecimento e construção da cidadania. Para Teixeira (2014), a universidade pública, além do seu potencial de formação de profissionais e pesquisadores nas diversas áreas do conhecimento, tem, ainda, o papel de fomentar, apoiar os processos criativos e contribuir no desenvolvimento de estudos para o conhecimento da diversidade cultural e suas manifestações.

Para o desenvolvimento deste artigo, inicialmente descreveremos sinteticamente o Processo histórico do Projeto 12:30, após contextualizaremos a Política Institucional de Cultura, bem como as diretrizes da Política Pública de Cultura e, por fim, propomos ações e reflexões no intuito de contribuir para o aprimoramento da gestão universitária, no tocante à sua Política Institucional de Cultura.

2 O PROJETO 12:30

O Projeto 12:30 é um Projeto de Extensão de caráter didático-cultural vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina. Surgiu da iniciativa de dois servidores técnico-administrativos. A ideia de realizar suas atividades no horário das 12:30 se justifica pelo fato de ser o intervalo entre os dois períodos de aula (matutino e vespertino), sendo mais adequado para atingir a comunidade universitária. Em 1986 foi formalmente concebido como projeto de extensão, mas ainda assim, ocorria com pouca frequência, e mesclava atividades de exibição de filmes e apresentações culturais diversas (música, teatro, dança e literatura) (UFSC, 1986; 2009; [201-a]).

A partir de 1993 o Projeto 12:30 passou a ter frequência semanal e suas atividades ficaram focadas nas apresentações culturais de música (especialmente), teatro e dança, na região central da UFSC (*Campus Trindade*). Estas apresentações costumam acontecer na Concha Acústica, montada na Praça da Cidadania entre os prédios da Reitoria e do Centro de Comunicação e Expressão, ou no varandão deste, às quartas-feiras, das 12:30 às 13:30 (UFSC, [201-a]).

O Projeto 12:30, dentro de sua proposta original, tem como objetivos, além de realizar apresentações artísticas no *campus* da UFSC, incentivar a produção e difusão da arte e cultura, promovendo o contato de estudantes e comunidade externa com o sujeito cidadão e artista. Busca ainda, a formação de público crítico e o estímulo a realização de projetos artístico-culturais, incentivando os artistas locais e regionais (UFSC, 2009).

A partir de 1988, com a instituição da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão (PRCE) e do DAC, o Projeto 12:30 integra parte da estrutura institucional de cultura e extensão, ficando vinculado a estes setores (UFSC, [201-b]). Neste período, a UFSC passou a disponibilizar mais recursos para a área artístico-cultural a serem utilizados mediante apresentação de projetos para editais internos. Deste modo, surgem desdobramentos do Projeto 12:30, propostos por seus coordenadores (UFSC, [201-a]):

- a) Gravação de CD;
- b) Projeto 12:30 na TV;
- c) Projeto 12:30 Acústico e,
- d) Intercâmbio Catarinense.

Convém ressaltar que todos estes desdobramentos estão suspensos por falta de recursos. Além desses desdobramentos, o Projeto 12:30 participou e participa de grandes eventos promovidos na UFSC. Devido a sua visibilidade, o Projeto já foi procurado como parceiro diversas vezes para realizar programações culturais durante uma série de congressos, reuniões, seminários, entre outros (UFSC, [201-a]).

Neste contexto, com mais de 30 anos de existência, o Projeto 12:30 foi se constituindo historicamente, juntamente com a política cultural da UFSC, do mesmo modo que a própria Instituição. O Projeto 12:30, mesmo com desafios para a sua concretização, mantém seu caráter democrático, atendendo gratuitamente a um grande público e também aos artistas, que não recebem nenhum tipo de pagamento em suas apresentações. Por ser um projeto de extensão, seus pressupostos respeitam o Plano Nacional de Extensão Universitária (UFSC, 2009), enfatizando a extensão como uma via de mão dupla, onde há troca de saberes entre Universidade e comunidade, entre conhecimento acadêmico e saber popular.

3 POLÍTICA INSTITUCIONAL DE CULTURA

A UFSC é oficialmente instalada em 1962, e já em 1963 nasce o Coral da UFSC, posteriormente o Cineclube, o curso de interpretação teatral e as primeiras oficinas de artes plásticas. Inicialmente, a cultura ainda não tinha um lugar bem definido na política institucional, e a preocupação era mais em oferecer atividades à comunidade e alocar estas atividades em algum espaço físico. É a partir da década de 80, que a cultura começa a fazer parte de um plano institucional. Neste período a Universidade passa por intensas transformações, assim como o próprio país, com o fim da Ditadura Militar (1964-1985) e a promulgação da Constituição de 88.

Com o advento da Constituição e a definição da tríplice atividade da Universidade (ensino, pesquisa e extensão), em 1988 a extensão e a cultura se elevam ao *staff* de Pró-Reitoria de Cultura e Extensão e cria-se Departamento Artístico Cultural (UFSC, [201-b]). Assim, o Projeto 12:30 ficou vinculado ao DAC, conferindo-lhe um papel de Projeto Institucional.

No início dos anos 90 houve um desmonte na área da cultura no Brasil. O Ministério da Cultura (MinC) foi destituído e transformado em uma secretaria, além de outros órgãos que foram extintos. A criação das Leis de Incentivo Fiscal para financiamento das ações projetos e programas culturais mudou o cenário da Política Pública de Cultura, que vem utilizando largamente esta prática desde então (CARVALHO; SILVA; GUIMARÃES, 2009). Na UFSC o quadro se manteve, a cultura continuou vinculada à extensão, podendo contar com poucos recursos, boa parte por meio de editais (UFSC, [201-b]).

Em nível nacional, a partir de 2003 a área da cultura começou a ser discutida e fomentada de maneira ampla, o que repercutiu também no ideário dos gestores da UFSC. Então, em 2008, a Instituição faz o desmembramento da cultura da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão, criando a Secretaria de Cultura e Arte.

A SecArte tem por objetivo auxiliar a Administração Central em suas tarefas executivas na área da cultura. Tem como princípio norteador fomentar a cultura de maneira ampla, atuando na produção e difusão de diferentes projetos e programas (UFSC, [201-c]). Está ligada diretamente ao Gabinete da Reitoria, tendo *status* de Pró-Reitoria, e sua estrutura organizacional compreende, além do secretário, assessorias, coordenadorias e apoios administrativos (UFSC, [201-d]).

A missão da SecArte é:

Propiciar a construção de um espaço que potencialize a vivência e a produção de cultura, ampliando a formação profissional dos alunos, promovendo a participação de toda a comunidade universitária em projetos culturais, bem como incentivando a integração da comunidade universitária com a sociedade (UFSC, [201-c]).

Neste contexto, o Projeto 12:30 foi se constituindo como parte da Política Institucional de Cultura, tendo suas diretrizes pautadas pela SecArte. Evidencia-se, no entanto, a complexidade do processo de gestão da Universidade, e também de sua Política Institucional de Cultura. Neste sentido, a Universidade é considerada aqui, neste estudo, não como uma organização e sim como uma instituição, indo ao encontro com o disposto por Chauí (2003).

A universidade concebida como uma instituição social (CHAUÍ, 2003), tem a cultura como uma prática social humana, uma construção histórica (BAUMAN, 2012), que se institucionaliza em uma realidade concreta. Neste sentido, e buscando uma melhor compreensão do processo de gestão da Política Institucional de

Cultura, faz-se necessário conhecer as diretrizes da Política Pública de Cultura, que pode refletir direta ou indiretamente neste processo.

4 POLÍTICA PÚBLICA DE CULTURA

No início do Século XX o Brasil passa a ter uma preocupação maior com as políticas públicas, particularmente na década de 30. Neste período houve foram criadas as leis trabalhistas, durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), bem como a cultura também teve suas primeiras políticas (RUBIM, 2007).

Rubim (2007) destaca dois acontecimentos marcantes do início das políticas culturais brasileiras, ainda na década de 30: a atuação de Mário de Andrade no Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo (1935-1938) e a implantação do Ministério da Educação e Saúde (1934), com Gustavo Capanema, à frente deste Ministério. A experiência de Mário de Andrade na Prefeitura de São Paulo teve repercussão nacional, pois inovou ao estabelecer uma intervenção estatal na área da cultura, pensando-a como algo vital ao cidadão brasileiro.

Contudo, de acordo com Fávero (2006), é a partir da década de 50, quando acelera o ritmo de desenvolvimento no Brasil provocado pela industrialização e pelo crescimento econômico que várias transformações ocorrem, tanto no campo econômico quanto no sociocultural. Ainda assim, a cultura, da maneira como estava estruturada, não deu grandes passos. Calabre (2007) ressalta que nesta fase o desenvolvimento cultural se deu prioritariamente na área privada e o Estado não promoveu ações diretas que tivessem grande impacto.

Com o Golpe de 1964 e a tomada do poder pelos militares no Brasil, autoritarismo e políticas culturais estão associados (RUBIM, 2007). Não tarda muito para que o Governo Militar busque o controle da cultura no país, com uma série de iniciativas nas telecomunicações, no controle da mídia, com violência, repressão e censura.

Nesse período, houve a tentativa de uma institucionalização da cultura, ainda que autoritária, elitista e classista. O Primeiro Plano Nacional de Cultura, denominado à época de Política Nacional de Cultura foi aprovado em 1975, em um período otimista para o país devido ao milagre econômico (CASTANHO, 1987; REIS, 2016; RUBIM, 2007).

O processo de institucionalização da cultura não ocorreu apenas em nível federal na década de 70, pois, nesse período, o número de secretarias e conselhos de cultura nos estados e municípios cresceu. Em 1976 ocorreu o primeiro encontro de Secretarias Estaduais de Cultura, que deu origem a um fórum de discussão, e este por sua vez “[...] contribuiu para reforçar a ideia da criação de um ministério independente” (CALABRE, 2007, p. 93).

Neste contexto, com o fim da ditadura e reabertura democrática, há um novo projeto de país, Nasce o Ministério da Cultura (MinC) em 1985, porém, o momento era de instabilidade. Uma das dificuldades enfrentadas era a falta de recursos financeiros para a cultura, então, com o objetivo de sanar este problema, foi promulgada a Lei nº 7.505/1986, também conhecida como Lei Sarney (BRASIL, 1986). Esta foi a primeira lei brasileira de incentivos fiscais para financiar a cultura, ou seja, ao invés do financiamento direto da cultura pelo Estado, os recursos deveriam ser buscados no mercado, sendo que boa parte deste recurso era público, por meio do mecanismo de renúncia fiscal.

Em 1988, com a promulgação da nova Constituição, a cultura passa a ser dever do Estado, este compreendido como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Em 1991 a Lei Sarney foi extinta e em seu lugar foi sancionada a Lei nº 8.313/1991 (BRASIL, 1991), mais comumente chamada de Lei Rouanet, também uma lei de incentivo fiscal.

O Governo Federal, desde a década de 90, dá continuidade à política de incentivo fiscal por meio da Lei Rouanet. E assim, cada vez mais se utiliza quase que integralmente de recursos públicos, ainda que a iniciativa privada tenha o poder de decisão sobre ele. De acordo com Bezerra e Weyne (2013), esta política cultural baseada na lógica neoliberal, com prevalência do investimento privado nesta área, traz consigo o declínio do interesse do Estado na formulação de políticas para a identidade e a diversidade cultural nacionais.

Com o final da década de 90 e início dos anos 2000 não houve mudanças substanciais na forma de financiamento da cultura no Brasil, a qual continua sendo majoritariamente por meio de leis de incentivo fiscais (SILVA; DUTRA, 2012). Por outro lado, Rubim (2010, p. 13) destaca uma atitude do Estado que se formou em conexão com a sociedade, em relação à cultura. Por meio do diálogo com a sociedade foi possível quebrar com a tradição do autoritarismo, e assim, “o desafio de formular e implantar políticas culturais em circunstâncias democráticas foi colocado na agenda do Ministério”.

Então, a partir de 2003, inúmeras conferências estaduais e municipais de cultura foram realizadas, o que culminou com a I Conferência Nacional de Cultura em 2005. Desta forma, a sociedade brasileira teve a oportunidade de participar das discussões e influir nas decisões e, juntamente com o Estado, construir as políticas públicas de cultura (RUBIM, 2010).

Neste contexto, o Estado adotou uma concepção antropológica de cultura e o âmbito de atuação do MinC deixou de ser restrito ao patrimônio (material) e às artes (reconhecidas), expandindo suas fronteiras para as culturas populares, afro-brasileiras, de gênero, indígenas, de orientação sexual, das redes e tecnologias digitais, das periferias e outras. A materialização deste novo olhar sobre a cultura se deu pela criação e implantação do Plano Nacional de Cultura em 2010 (RUBIM, 2010).

E assim, houve a retomada do papel ativo do Estado nas políticas culturais do Brasil, a partir do segundo milênio, em uma perspectiva inclusiva e plural de política cultural. Esta perspectiva significou o abandono da visão elitista e discriminadora de cultura, e o contraponto ao autoritarismo estrutural impregnado em nossa história cultural. Contudo, vale a pena ressaltar que o MinC tem suas limitações (organizacionais, financeiras, entre outras), considerando esta nova visão da cultura como tão ampla e transversal. Por isso, há a necessidade de “[...] uma reflexão teórico-conceitual e ao mesmo tempo política acerca da noção e do campo de atuação do Ministério” (RUBIM, 2010, p. 15).

Neste contexto, a cultura não pode ser considerada como independente da vida social ou da realidade em que se manifesta (CARVALHO, 2001). Pensar a cultura como uma dimensão isolada do saber humano, separada do processo produtivo é um lapso que necessita ser suplantado também no processo da gestão. Faz-se necessário, ainda, um maior alinhamento da Política Pública de Cultura com as universidades e seus respectivos planos e ações de cultura, no intuito de fortalecer a inter-relação entre universidade e sociedade.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo é de abordagem qualitativa. A abordagem qualitativa busca dar significado aos fatos observados, o pesquisador se propõe a participar, a compreender e a interpretar as informações que ele seleciona, obtidas a partir de sua pesquisa. Assim, a pesquisa qualitativa não almeja fazer generalizações dos resultados que atinge, apenas pretende obter generalidades, tendências e ideias predominantes, que aparecem entre os participantes da pesquisa (TRIVIÑOS, 2001).

Quanto aos fins, esta pesquisa é considerada descritiva. Como estratégia de pesquisa, o estudo de caso demonstra ser o caminho mais adequado, pois nesta modalidade de pesquisa, seu objeto é uma unidade que se analisa profundamente, com a intenção de obter um amplo conhecimento e com riqueza de detalhes sobre o fenômeno estudado. Por exemplo, um indivíduo, uma família, um grupo ou organização (CERVO; BERVIAN, 1996; TRIVIÑOS, 1987).

Em relação ao instrumento de coleta de informações, optamos pela entrevista semiestruturada. A entrevista semiestruturada inicia com um número determinado de perguntas, com um roteiro traçado, no entanto, pode ser enriquecido com novas perguntas e respostas (TRIVIÑOS, 2001).

Definimos como potenciais sujeitos de pesquisa os gestores responsáveis por conduzir a política e as ações de cultura na UFSC, desde o ano de 2008, quando da instituição da SeCArte. A escolha deste recorte temporal se deu pelo fato de ter sido um momento marcante para a cultura na Instituição, quando passou a ser gestada de maneira autônoma, com pessoal e recursos próprios, independente da área de extensão.

E ainda, os sujeitos de pesquisa foram delimitados levando em consideração o Campus Trindade da UFSC, em Florianópolis, pois é neste local que, majoritariamente, as atividades do Projeto 12:30 são desenvolvidas e também onde está localizada a SeCArte.

Foram elencados 10 (dez) potenciais sujeitos de pesquisa, considerando o recorte temporal estabelecido: Reitores, Secretários de Cultura, Coordenadores do DAC e Coordenadores do Projeto 12:30. Participaram efetivamente da pesquisa 05 (cinco) sujeitos. Tal fato se justifica pela indisponibilidade de alguns destes sujeitos em conceder entrevista, seja por estarem ausentes do país, não ter interesse em conceder entrevista ou estarem afastados da instituição.

Diante do exposto, em um período de 12 dias foram realizadas as entrevistas, no período compreendido entre o dia 10 a 22 de março de 2017. E assim, obtivemos ao total 5 (cinco) gestores entrevistados. Os gestores entrevistados serão denominados aqui G1, G2, G3, G4 e G5. Os gestores G1 e G2 são servidores docentes efetivos da UFSC, possuindo, em média 17 anos de vínculo com a instituição, e atuando como gestor há 5 (cinco) e 8 (oito) anos, respectivamente. Os gestores G3, G4 e G5 são servidores técnico-administrativos da UFSC, possuem, em média 28 anos de vínculo com a instituição, e atuam como gestores há, 8 (oito), 30, e 20 anos na função de gestor nesta, respectivamente.

As entrevistas foram agendadas com os respectivos gestores, de acordo com a sua disponibilidade, por contato via e-mail ou telefone. Na sequência foram realizadas as entrevistas utilizando um gravador, o que foi consentido pelos sujeitos por meio de um termo de consentimento.

Para a realização da entrevista semiestruturada é necessário definir quais são as categorias de análise e seus conteúdos base. Estes irão orientar na formulação das questões a serem respondidas pelos sujeitos da pesquisa. É importante destacar que, na definição da categoria, o pesquisador deve ter como preocupação básica

o conteúdo nela inserido. O que diferencia uma categoria da outra é o conteúdo, pois, um mesmo conteúdo não pode aparecer em mais de uma categoria (BÚRIGO, 2003; CHEPTULIN, 1982).

A definição das categorias e seus conteúdos base é o primeiro passo para a construção do roteiro da entrevista semiestruturada, por isso, definimos as categorias de análise para este estudo, bem como seus conteúdos base, com base na fundamentação teórica aqui apresentada. As categorias definidas e seus conteúdos base foram: 1) Projeto 12:30: Processo-histórico, Concepção; 2) Política Institucional de Cultura: Concepção, inter-relação com o Projeto 1230; e, 3) Política Pública de Cultura: Concepção, Concepção de Cultura, Inter-relação com a Política Institucional de Cultura.

Quanto à análise das informações, foram realizadas por meio da análise de conteúdo. Esta técnica permite ao pesquisador obter informações detalhadas do fenômeno estudado, por meio da análise objetiva das respostas manifestadas pelos entrevistados, sujeitos da pesquisa. Em termos gerais, de acordo com Bardin (2004, p. 33), a análise de conteúdo se caracteriza como “[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”.

6 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A partir deste momento sintetizamos os resultados obtidos a partir de suas falas, de acordo com cada categoria e seu conteúdo base.

Em relação ao Projeto 12:30, os gestores desconhecem seu processo histórico demonstraram conhecer apenas aspectos básicos. Relataram em suas falas que o Projeto consiste em apresentações musicais no *campus* da UFSC, e que já existe há bastante tempo. Dos 5 (cinco) sujeitos entrevistados, apenas o G4 demonstrou um conhecimento mais aprofundado do processo histórico do Projeto 12:30, informando que fez parte deste processo, desde a sua criação.

Contudo, os gestores, mesmo aqueles que não atuam diretamente com o Projeto 12:30, reconheceram sua importância e seu papel dentro da Política Institucional de Cultura. De acordo com o Gestor 01, o Projeto 12:30 foi inserido na estrutura institucional a partir de 2016 como uma prioridade, reconhecendo-o como “um marco [...] não só de encontro de estudantes [...] mas também como possibilidade de surgimento de novos valores[...]” (G01).

Ao serem questionados sobre como entendiam o Projeto 12:30, sua finalidade e ações desenvolvidas, a maior parte dos entrevistados (G02, G03 e G05) novamente se referiu a ele como sendo um projeto musical (embora se reconheça que não é exclusivamente um projeto de música), que busca, além do entretenimento e lazer, dar visibilidade a novos artistas, valorizar/priorizar os músicos locais, criar oportunidades para esses músicos divulgarem seu trabalho e também para a comunidade universitária apreciar a arte.

Dentro de sua proposta original, um dos objetivos do Projeto 12:30 é viabilizar apresentações artístico-culturais no horário das 12:30 “promovendo o intercâmbio das diversas atividades culturais decorridas da riqueza de variedade étnica do nosso estado” (UFSC, 1986, p.04). O Projeto, buscou, assim, reconhecer a diversidade de manifestações artístico-culturais, embora com o passar dos anos, viesse a se caracterizar mais por um projeto musical.

Os gestores G01 e G04 não associaram o Projeto 12:30 a uma única arte, manifestando apenas que ele teria uma função “[...] não só recreativa, não só de lazer, mas também para o estímulo e surgimento de grupos

novos e artistas novos” (G01). E ainda, foi ressaltada a função que o Projeto 12:30 tem, considerando a atividade de extensão universitária, presente no tripé ensino/pesquisa/extensão, pilares de sustentação da universidade. Desta forma, “a extensão que é essa mão dupla, entre universidade e comunidade, então o projeto é um espaço pra isso, [...] é um palco pras apresentações artísticas [...] que cumpre essa finalidade de permitir maior acesso da comunidade à fruição da arte” (G04).

Tais concepções vão ao encontro da própria definição do que é o Projeto 12:30, “um projeto de extensão, de caráter didático-cultural, inserido na área temática da cultura”, que tem como um de seus objetivos “possibilitar o acesso gratuito do público à arte produzida em Santa Catarina”, além de “incentivar a formação de público crítico e gerador de opinião em arte” (UFSC, 2009, p. 01)

Ademais, todos os gestores entrevistados foram unânimes em ressaltar a importância do Projeto 12:30 dentro da Política Institucional de Cultura e da própria história da Universidade. O G5 destacou que a UFSC foi pioneira em um projeto como este e que o mesmo foi incorporado aos projetos institucionais da instituição.

Em se tratando da categoria Política Institucional de Cultura, os gestores entrevistados foram unânimes em reconhecer a importância de uma Instituição como a UFSC ter um planejamento de suas ações de cultura, por meio de uma Política Institucional de Cultura. Os gestores destacaram a importância da instituição da SeCArte neste processo, e que, até aquele momento não havia uma verdadeira política cultural na UFSC.

Durante muito tempo, a cultura ficou atrelada à extensão, na UFSC, em consonância com os preceitos da Reforma Universitária de 68. Então, em 2008 a instituição passou a ter uma Secretaria com *status* de Pró-Reitoria, com o objetivo de auxiliar Administração Central nas suas tarefas executivas na área da cultura, a SeCArte (UFSC, [201-c]). Dentre as competências da SeCArte, estão: fomentar a cultura de forma ampla, por meio da produção e difusão de projetos na área e “integrar a cultura às atividades de ensino, pesquisa e extensão” (UFSC, [201-d], Art. 5°).

Outro fator abordado entre os entrevistados foi a falta de recursos financeiros. Este é tido como o grande vilão da história na concretização dos planos e ações da Política Institucional de Cultura. Soma-se a isso outro fato que tem acompanhado as trocas de gestões administrativas, falando não apenas no âmbito das universidades, mas dos principais cargos político-administrativos no Brasil: a descontinuidade administrativa.

De acordo com Nogueira (2006, p. 13), a descontinuidade administrativa se traduz “na interrupção de iniciativas, projetos, programas e obras”, mudanças de prioridade e “engavetamento de planos futuros, sempre em função de um viés político”, sem considerar as possíveis qualidades e méritos que tenham as ações descontinuadas.

No processo da inter-relação da Política Institucional de Cultura com o Projeto 12:30, os gestores manifestaram a ideia de uma relação estreita e duradoura, pela sua institucionalização no ano de 2016, passando a integrar os projetos institucionais e permanentes da UFSC. Para o G1, o Projeto 12:30 pode ser considerado uma síntese de como deve ser a Política Institucional de Cultura, pela sua aproximação entre universidade e sociedade.

Em relação à Política Institucional de Cultura, os gestores percebem o salto qualitativo dado quando da instituição da SeCArte, o que também considero um fato histórico desta Política. Desde o seu surgimento, o Projeto 12:30 foi ganhando ainda mais visibilidade, até que foi finalmente incorporado à Política Institucional de Cultura, no ano de 2016, conforme relato de alguns dos gestores entrevistados, conferindo-lhe ainda mais um caráter institucional.

Ao tratar da última categoria, Política Pública de Cultura, quando indagados sobre sua concepção de cultura os gestores manifestaram visões bastante similares. Em geral, essas visões de cultura estavam associadas à tradição, cultura de um povo (G03); à civilização (G01), à construção, produção de uma sociedade (G02). Essas concepções vão ao encontro da concepção mais antropológica de cultura (BAUMAN, 2012; CARVALHO, 2001; SANTOS, 1987). De forma sintética, estes autores definem a cultura como uma construção histórica, um complexo de valores, costumes, crenças de um povo, manifestos em sua prática social, em determinado contexto sociopolítico.

Mostrou-se presente, também, no discurso dos gestores as noções de cultura como arte e como desenvolvimento intelectual. Ou melhor, a arte como uma dimensão da cultura, e o reconhecimento de que a arte é apenas uma das facetas da cultura, e seu papel na construção do conhecimento, do saber, sendo que, muitas vezes, estas concepções se misturam:

Estas visões se coadunam com o disposto por Williams (1992), quando afirma que a gama de significados para a cultura abrange: um estado mental mais desenvolvido, ou os processos desse desenvolvimento (atividades culturais), e ainda, os meios deste processo (arte propriamente dita). Já para Bauman (2012), dentro das diferentes abordagens, a sua noção hierárquica traz a conceituação da cultura como um esforço para atingir um ideal de ser humano e de sociedade.

Por outro lado, quanto à Política Pública de Cultura, no Brasil, nem todos os gestores entrevistados demonstraram não conhecê-la profundamente, mesmo atuando em setores envolvidos com arte e cultura na Universidade. Segundo o G05, “é muito difícil falar”, pois, o mesmo afirma que, falando de Governo, em nível federal “eu não vejo nada. Eu não vejo nada mesmo”.

Os outros gestores manifestaram conhecimento acerca das mudanças ocorridas na última década, principalmente, destacando de maneira positiva a atuação de alguns gestores políticos naquele momento (G02, G03). No período mencionado o Brasil assistiu a uma série de medidas e mudanças introduzidas na área da cultura, com destaque para o Plano Nacional de Cultura, os Pontos de Cultura², e o Sistema Nacional de Cultura.

Na visão dos gestores, a relação entre a Política Pública de Cultura e a Política Institucional de Cultura, é concebida de diversas formas. Seja com a noção de um sistema (G01), de uma relação imbricada, mas que depende muito da vontade do gestor (G03), uma relação de dependência em relação aos recursos financeiros (G04), e, por último a inexistência dessa relação (G02, G05).

Na visão dos gestores, a relação entre Política Institucional de Cultura e Política Pública de Cultura se manifesta, assim, de forma nebulosa, desconhecida e mesmo inexistente por parte dos gestores. Talvez por um lapso do próprio Governo Federal, ou das universidades, esta relação ainda não se consolidou, ficando um vácuo, um vazio de políticas e iniciativas destinadas a estas instituições.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retornando ao objetivo inicialmente proposto neste estudo, ou seja, compreender como se constitui o Projeto 12:30 no processo de desenvolvimento da Política Institucional de Cultura, na visão dos gestores da UFSC, é possível perceber que o Projeto 12:30, como parte integrante da Política Institucional de Cultura, teve e ainda tem um papel fundamental na construção e perpetuação desta Política. Tal papel é reconhecido pelos gestores, como ficou demonstrado em suas respostas.

Em relação ao processo histórico do Projeto 12:30, ficou evidenciado um certo desconhecimento por parte dos gestores. Contudo, os gestores sabem de sua importância cultural para a Universidade e a comunidade.

Historicamente, o Projeto 12:30 integrou diversas linguagens artísticas (música, teatro, dança, artes plásticas, cinema), mas nos últimos anos ficou bastante reduzido seu arsenal, ficando resumido às apresentações musicais, o que pode ser visto com bons olhos também. Devido a esta mudança, muitos trabalhos de artistas consagrados já passaram pelo palco do Projeto, ou mesmo ganharam mais notoriedade depois disto.

Porém, a falta de estrutura para outros tipos de arte é um implicante neste processo, como mencionado por um dos gestores entrevistados, já que dança, teatro, cinema, entre outros, exigiriam mais equipamentos de sonorização, palco, iluminação, o que torna difícil sua realização. Assim, o Projeto 12:30 acabou se reconfigurando em um projeto basicamente musical.

No que tange à Política Institucional de Cultura, esta pode ser considerada ainda muito nova. De acordo com os dados históricos e bibliográficos investigados, e relatos dos entrevistados, antes da criação da SeCArte em 2008 (UFSC, 2008a), não existia uma política de cultura consistente na Universidade, estando sempre ligada à área da extensão. Ainda, alguns dos projetos da SeCArte e suas unidades se enquadram na extensão, mas agora com recursos, legislação normativa, equipe e estrutura próprios, conferindo-lhes mais autonomia e legitimidade.

A Política Institucional de Cultura tem sido vista com bons olhos pelos gestores, pois nestes 9 (nove) anos de existência da SeCArte muito já se fez. O que é manifesto pelos gestores, quase com unanimidade, como entraves a esta política são dois fatores: a falta de recursos financeiros e a descontinuidade administrativa, a exemplo do que também ocorre no âmbito político-administrativo no Brasil.

Assim, destaca-se a necessidade de que esta e outras políticas da Universidade sejam institucionais e não de gestão, garantindo-lhe permanência. Neste sentido, o Projeto 12:30 teve uma conquista em 2016, quando foi incorporado à estrutura da UFSC, tornando-se um projeto institucional.

Contudo, os desafios à sua permanência ainda não cessaram, pois não há um local apropriado para as apresentações, que costumavam acontecer em dois locais: na Concha Acústica ou no varandão do CCE.

A Concha Acústica encontra-se em estado de depredação, totalmente abandonada, além disso, as condições de tempo (sol, chuva, vento), não favorecem a realização das atividades naquele local. Já no varandão do CCE, depois de inúmeros conflitos devido a professores, servidores técnico-administrativos e alunos que estão realizando atividades acadêmicas também no horário das 12:30 às 13:30, coincidindo com as apresentações do Projeto, finalmente decidiu-se por não haver mais atividades ali.

A solução encontrada pela Administração Central foi realocar as apresentações em um pátio próximo ao Restaurante Universitário (RU), alugando equipamento de palco, além do de som, o que encareceu a atividade. O custo mensal para duas realizações do Projeto 12:30 no mês (quinzenal), fica em torno de 14 (quatorze) mil reais, bem mais que o valor gasto antes apenas com aluguel de equipamento de sonorização.

Para solucionar esta questão, foi sugerida por dois dos gestores entrevistados a construção de uma estrutura definitiva para as apresentações do Projeto, e, também para as demais atividades artístico-culturais da UFSC, o que, a médio e longo prazo seria mais econômico para a Instituição.

Esta questão remete à relação entre a Política Institucional de Cultura e o Projeto 12:30, que, na visão dos gestores, se constitui por uma relação consistente. O Projeto é considerado a essência, a síntese do que seria a Política Institucional de Cultura. De fato, o Projeto 12:30, ao longo de 30 (trinta) anos sobreviveu às mais diversas fases da Universidade.

A concepção de cultura apresentada pelos gestores é de cunho antropológico, considerando como parte do fazer humano, como um requisito para exercer a sua cidadania, e a arte como uma dimensão deste processo. Esta visão se materializa na Política Institucional de Cultura construída ao longo de 9 (nove) anos de existência da SeCArte.

Em relação à Política Pública de Cultura, esta tem tido avanços históricos. Houve iniciativas do poder público para a criação e implementação de uma política cultural. Contudo, manteve-se a prática de mecanismos antigos de financiamento à cultura, e que entram em conflito com a ideia de um Estado forte e com poder decisório na área de arte e cultura, como é o caso das leis de incentivo fiscal, ainda largamente difundida nos governos de todas as esferas da administração pública, acrescido, ainda, da política de editais. Esta última é uma prática que tem sido adotada também nas Universidades, inclusive na UFSC, mesmo após a instituição da SeCArte.

Os gestores manifestaram pouco conhecimento acerca da Política Pública de Cultura, mesmo aqueles que exercem suas funções diretamente nesta área. Por vezes se afirmou que nada vem sendo feito, ou por vezes, que ela consiste basicamente no fornecimento de recursos para os projetos artístico-culturais ou como uma grande rede que administra esses projetos.

A relação entre a Política Pública de Cultura e a Política Institucional de Cultura é vista de diferentes formas pelos gestores, ora como uma relação imbricada, mas que tem a interferência da vontade dos gestores, ora como uma rede integrada, ora como uma fonte de fornecimento de recursos financeiros (da Pública para a Institucional), ora como inexistente, apesar de necessária. Esta última parece refletir mais a realidade da interação entre estas políticas, que realmente não apresenta um elo forte e permanente.

Embora não exista essa relação direta e formal, entende-se que a Política Institucional de Cultura tem acompanhado paralelamente a Política Pública de Cultura, como mencionado por um dos gestores entrevistados. A concepção de cultura que permeia ambas é a mesma. Mesmo a instituição da SeCArte e os inúmeros programas e projetos por ela coordenados, podem ser considerados reflexos da Política Pública de Cultura. Esse desmembramento da cultura da área da extensão na UFSC e seus desdobramentos ocorreram em um momento que a sociedade brasileira como um todo estava envolvida com este processo, por meio das conferências envolvendo os diferentes setores da sociedade, dos novos programas e projetos, todos orientados pelo Plano Nacional de Cultura (BRASIL, 2010), exemplo maior desta política.

Assim, ao retornar ao ponto de partida deste estudo, o Projeto 12:30, evidencia-se sua importância no desenvolvimento de Política Institucional de Cultura, como demonstrado pela visão dos gestores. Contudo, no desenvolvimento deste estudo, uma contradição se revelou: ao mesmo tempo em que o Projeto 12:30 é uma ação da Política Institucional de Cultura, esta ação é fragilizada pela falta de diretrizes de gestão da Política Institucional. Esta fragilidade se manifesta não só pela falta de recursos, o que é uma realidade nacional, mas pela falta de local próprio, desconhecimento de seu processo histórico por parte dos gestores e da comunidade universitária, pela falta de equipamentos e pessoal necessários e até mesmo falhas em seu registro histórico. Falta ainda, aos gestores, uma melhor compreensão acerca de seu papel na Política Institucional de Cultura e do que é a própria Política Pública de Cultura.

Sendo assim, no intuito de contribuir para a superação desta contradição e para o aprimoramento da gestão do Projeto 12:30 e seu fortalecimento perante a Política Institucional de Cultura, proponho algumas ações:

- a) Cursos de formação para os gestores da UFSC, para o exercício de suas funções de gestão;
- b) A formação de um grupo de trabalho para melhor discutir o rumo a ser tomado pelo Projeto 12:30, tendo em vista as dificuldades que tem enfrentado em sua execução (falta de recursos, local para realização das atividades, equipe, integração com outros *campi* da UFSC);
- c) A construção de um espaço físico para a realização de suas atividades, o qual será utilizado para a demais ações desenvolvidas pela SeCArte, ou a restauração do Centro de Convivência para este fim;
- d) Uma discussão mais aprofundada, buscando soluções no intuito de integrar as atividades do Projeto 12:30, e também outras ações da SeCArte, com os outros *campi* da UFSC;
- e) Capacitar os gestores com vistas a melhor compreensão da Política Pública de Cultura e seu impacto na Política Institucional de Cultura, bem como possíveis parcerias com outras instâncias administrativas (Estado, Município) para formulação e execução da Política Institucional de Cultura; e,
- f) Buscar mecanismos com vistas a garantir a continuidade das ações desenvolvidas no Projeto 12:30 durante as diferentes gestões da Universidade, tornando sua Política de Cultura uma Política Institucional e não apenas de gestão.

Assim, almejo que este trabalho possa contribuir para a reflexão dos gestores acerca da Política Institucional de Cultura e do Projeto 12:30 neste contexto. Que com estas reflexões seja possível chegar a uma nova forma de pensar a gestão, integrada com a Instituição, e não apenas com aquele dado momento histórico, fortalecendo assim, a Política Institucional de Cultura. Muito já foi alcançado, mas ainda se fazem necessários o aprimoramento e alinhamento desta Política com a Política Pública de Cultura.

Espero que este estudo possa despertar o desejo do desenvolvimento de outras pesquisas sobre a política cultural universitária, e quiçá trazer outras contribuições à Instituição e à sociedade. Desta forma, sugiro estudos mais ampliados que possam abarcar os diferentes sujeitos envolvidos neste processo.

¹ A concha Acústica é um equipamento cultural para apresentações artísticas, gerenciada pelo DAC. Foi instalada em fins da década de 90 em um gramado da praça central do *campus* Trindade da UFSC, a Praça da Cidadania, entre os edifícios da Reitoria e do Centro de Comunicação e Expressão. A Concha é formada por uma superfície de base semicircular e borda parabólica, uma metade de abóbada esférica. A superfície interna, que reflete o som, é composta de 20 gomos de fibra e vidro com base de 63 cm, está apoiada em um piso retangular de cimento de 70m², aproximadamente, que serve de palco (WERNER, 2013).

² Os Pontos de Cultura são entidades culturais, ou coletivos culturais, certificados pelo Ministério da Cultura. Os Pontos de Cultura são uma base social com poder de penetração nas comunidades e territórios, em especial nos segmentos sociais mais vulneráveis. Esta base social também se amplia para outros segmentos sociais, alcançando os setores médios, em especial a juventude urbana, periférica, universitária, jovens artistas, novos arranjos econômicos e produtivos. O Plano Nacional de Cultura (BRASIL, 2010) estabelece em seu Plano de Metas o fomento de 15 mil Pontos de Cultura até 2020 (BRASIL, 2015).

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BEZERRA, Jocastra Holanda; WEYNE, Rachel Gadelha. Política cultural no Brasil contemporâneo: percursos e desafios. IV Seminário Internacional – Políticas Culturais, n. 4, Rio de Janeiro, out/2013. **Anais do IV Seminário de Políticas Culturais**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2013. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2013/11/Jocastra-Holanda-Bezerra-et-alii.pdf>>. Acesso em: 17 de março de 2017.

BRASIL. **Lei nº 7.505**, de 02 de julho de 1986. Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico. Brasília, 1986. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7505.htm>. Acesso em: 26 de junho de 2016.

_____. **Lei nº 8.313**, de 23 de dezembro de 1991. Reestabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Brasília, 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8313cons.htm>. Acesso em: 21 de junho de 2016.

_____. **Lei n. 12.343**, de 02 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Brasília, 2010. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112343.htm>. Acesso em: 22 de agosto de 2016.

_____. **Pontos de Cultura**. Brasília, atualizado em 27 de abril de 2015. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/pontos-de-cultural1>>. Acesso em: 05 de abril de 2017.

BÚRIGO, Carla Cristina Dutra. **O trabalho acadêmico do professor universitário no processo de desenvolvimento do espaço público na universidade federal: um estudo de caso na Universidade Federal de Santa Catarina e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: RUBIM, Antonio Albino C.; BARBALHO, Alexandre (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. (Coleção Cult).

CARVALHO, Cristina Amélia; SILVA, Rosimeri Carvalho da; GUIMARÃES, Rodrigo Gameiro. Sistema Nacional de Cultura: a tradução do dinâmico e do formal nos municípios da região Sul. **Cadernos EBAPE.BR**, v.7, n. 4, Rio de Janeiro, Dez. 2009, pp. 666-686.

CARVALHO, José Antonio Ribeiro de. **Projeto Viva Madre Deus: gestão pública da política cultural**. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

CASTANHO, Sérgio Eduardo Montes. **Política Cultural: reflexão sobre a separação entre a educação e a cultura no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1987. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000017822&fd=y>>. Acesso em: 21 de julho de 2016.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 5-15, set/dez. 2003.

CHEPTULIN, Alexandre. **A dialética materialista: Categorias e leis da dialética**. São Paulo: Alfa-omega, 1982.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. **Educar**, n. 28, Curitiba, p. 17-36, 2006.

NOGUEIRA, Fernando do Amaral. **Continuidade e descontinuidade administrativa em governos locais: fatores que sustentam a ação pública ao longo dos anos**. 139p. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2006.

REIS, Renata Pletsch. **Um olhar sobre o processo de desenvolvimento da Política de Cultura da UFPR Litoral**. 119p. Dissertação (Mestrado em Administração Universitária) - Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

RUBIM, Antonio Albino C. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, Antonio Albino C.; BARBALHO, Alexandre (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Coleção Cult. Salvador: EDUFBA, 2007.

_____. Políticas culturais no governo Lula. In: RUBIM, Antonio Albino C (org.). **Políticas culturais no governo Lula**. Coleção Cult. Salvador: EDUFBA, 2010.

SANTOS, J. L. **O que é Cultura?** 6. ed.. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Coleção Primeiros Passos, 110)

SILVA, Regina Helena Alves; DUTRA, Roger Andrade. A agenda transnacional da UNESCO e as políticas públicas de cultura do MinC (2003-2010). In: SEMINÁRIO DE POLÍTICAS CULTURAIS, n. 03, Rio de Janeiro, 2012. **Anais do 3º Seminário de Políticas Culturais**. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 2012, p. 01-17. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2012/09/Regina-Helena-Alves-da-Silva-et-alii.pdf>>. Acesso em: 21 de junho de 2016.

SILVÉRIO, Renata Costa. **Projeto 12:30: o olhar dos gestores**. 2017. Dissertação (Mestrado em Administração Universitária) - Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

TEIXEIRA, Simonne. Políticas culturais em Campos de Goytacazes e a universidade: sobre trajetórias e diálogos – uma introdução. In: TEIXEIRA, Simonne. (Org). **Políticas culturais: trajetórias e diálogos em Campos de Goytacazes**. Campos de Goytacazes: Eduenf, 2014.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

_____. **Bases teórico-metodológicas da pesquisa qualitativa em Ciências Sociais: ideias gerais para a elaboração de um projeto de pesquisa**. Cadernos de Pesquisa Ritter dos Reis, v. IV. Porto Alegre: Fac. Integradas Ritter dos Reis, 2001.

UFSC. **Projeto 12:30**. Projeto EX 007/86. Projeto. 12 p. Florianópolis: UFSC, 1986 [Impresso].

_____. **Relatório de projeto beneficiado no programa Pró-bolsas 2009 (Projeto 12:30)**. DAC. Relatório. 10 p. Florianópolis, 2009. [Impresso]

_____. **Projeto 12:30**. Florianópolis, [201-a]. Disponível em: <<http://dac.ufsc.br/projeto-1230/>>. Acesso em: 17 de março de 2016.

_____. **Histórico do DAC**. Florianópolis, [201-b]. Disponível em: <<http://dac.ufsc.br/historico-do-dac/>>. Acesso em: 19 de maio de 2016.

_____. **A SeCArte**. Florianópolis, [201-c]. Disponível em: <<http://secarte.ufsc.br/apresentacao/>>. Acesso em: 01 de maio de 2017.

_____. **Regimento Interno da Secretaria de Cultura da Universidade Federal de Santa Catarina.** Florianópolis, [201-d]. Disponível em: <<http://secarte.paginas.ufsc.br/files/2016/01/Regimento-Interno-publicar.pdf>>. Acesso em: 16 de maio de 2016.

WERNER, Clóvis. **Concha Acústica:** histórico. Departamento Artístico Cultural – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013. Disponível em: <<http://dac.ufsc.br/concha-acustica-historico/>>. Acesso em: 10 de julho de 2016.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.